

O Território no Catálogo da Periferia:
representações do Ceará – Brasil - para a Exposição Universal em Chicago -
Estados Unidos (1892 – 1893).

Raimundo Jucier Sousa de Assis¹

Resumo

O artigo analisa o Catálogo de produtos naturais, industriais e artísticos que foi elaborado pela Comissão Central do Ceará, entre 1892 e 1893, para a Exposição Universal de Chicago. A intenção é buscar interpretar que leitura as elites oligárquicas no Ceará, no início da República, fizeram desse território estatal a partir da declaração escrita de relíquias inanimadas para representar esse recorte da geografia no interior do Brasil.

Palavras-Chave: Território do Ceará, Imperialismo e Exposição Universal de Chicago.

Preâmbulo – exposições universais, imperialismo e luta pela geografia.

“Nenhum de nós está fora ou além da geografia, da mesma forma nenhum de nós está totalmente ausente da luta pela geografia. Essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também idéias, formas, imagens e representações”

Edward Said em *Cultura e Imperialismo*, 2011.

O escritor Edward Said (2011), em seu livro *Cultura e Imperialismo*, oferece-nos, pelo menos, dois grandes ensinamentos: primeiro, que o imperialismo “aproximou” o mundo a partir do processo de expansão político, econômico e cultural dos Estados nacionais no Norte, principalmente, da Grã-Bretanha, da França e dos Estados Unidos; segundo, que isso fora feito a partir das *lutas pela geografia* de diversas sociedades que se constituíam, no capitalismo, enquanto periferia, esta interpretada, pelos países setentrionais, como o conjunto dos territórios exportadores de matérias-primas, de força de trabalho e “de povos selvagens com raça inferior”, isto é, de nações não brancas².

Esse duplo aspecto de apreciação de Edward Said (2011) sobre o imperialismo e a sociedade moderna abre uma brecha analítica para interpretarmos o que ele chama de *luta pela geografia* em sua obra. De um lado, essa expressão se refere ao controle da materialidade dos territórios de além-mar (da população, dos recursos naturais, da produção econômica e até mesmo da política local) por parte dos centros ocidentais a partir do exercício do poder político-econômico-militar direto, bem como, das resistências locais que se tem a esse processo por parte das sociedades particulares e, de outro, apresenta que essa *luta pela geografia* também envolve a cultura, isto é, as práticas de refinamento intelectual do melhor de cada sociedade, fazendo com que as pinturas, as crônicas, os mapas, os romances

¹ Doutorando em Geografia Humana - Universidade de São Paulo – Brasil, raimundojucier@usp.br

² SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

(seu material de análise), os catálogos, os censos, os textos da imprensa e tantos outros livros e meios de representação possibilitem ser pensados como verdadeiras “armas”, isto é, como ideias, formas, imagens e representações que possuem importância singular na *batalha pela geografia*.

É nessa perspectiva, de pensarmos as representações da geografia enquanto “armas”, ou melhor, pelo que chamamos de *testamentos territoriais*, que arriscamos apresentar nesse artigo uma possível interpretação da leitura que uma elite oligárquica no Ceará fez sobre seu território a partir da elaboração de um Catálogo de produtos naturais, industriais e artísticos preparado para ser exibido, inicialmente, na Exposição Nacional no Rio de Janeiro, em 1892, e, principalmente, para a Exposição Universal de Chicago, em 1893.

Trata-se de um *testamento territorial* elaborado no período em que o Brasil iniciara a República de oligarquias agrícolas (a partir de 1889) – marcada pela afirmação dos territórios-internos – e os países industriais, no Norte, avançavam nas suas buscas por alimentos, matérias-primas e novos mercados nas periferias, sendo os Estados Unidos da América a “novidade” imperial que se erigia em meio aos países imperialistas-industriais do chamado “Velho Mundo”.

Em suma, tomamos o Catálogo elaborado sobre o território do Ceará como um escrito que, ao nos apresentar *reliquias inanimadas* da natureza, da indústria e da arte, nos possibilitam pensar sobre a *disputa pela geografia* no passado no final de oitocentos, já que a criação desse *testamento territorial*, nada menos, fora produzida para um espetáculo que tivera os países imperialistas como os donos da grande celebração internacional do progresso.

a) Exposições Universais: imperialismo, hegemonia e pacificidade.

Durante os últimos cinquenta anos do século XIX, as *Exposições Universais* se tornaram um ponto de encontro, entre os centros e as periferias da sociedade capitalista, que tivera os objetivos de celebrar as expectativas do processo de expansão geográfica do *imperialismo* e de fortificar uma *hegemonia* dos países do Norte a partir do movimento pacífico com os representantes dos Estados territoriais-periféricos.

Ora, o que se constituiu foi, na verdade, um evento que acompanhava o contexto de expansão geográfica do imperialismo, caracterizado, por Eric Hobsbawm (2009), pelo menos, por cinco aspectos: i) na divisão do planeta a partir da construção de dois mundos: **um mundo rico e detentor da indústria moderna**, movimentado pela propriedade privada da máquina, da terra, do trabalho assalariado e dos capitais bancários e **um outro periférico e qualificado pela produção primária**, como alimentos e matérias-primas (algodão, cobre,

fumo, açúcar, café, chá, frutas, cacau etc), sendo esse segundo mundo marcado pela condição direta de dependência potencial ou real; ii) nessa divisão político-econômica estava também o domínio dos Estados imperialistas sobre as transformações tecnológicas, principalmente, da indústria do ferro e do aço que revolucionou a indústria de transporte e de comunicação (estradas de ferro, portos, telegrafias, telefonia, etc), bem como, as armas de guerra (explosivos potentes, as metralhadoras, etc) casando a era do ferro e da acumulação industrial de capital também como uma era da canhoneira; iii) o uso da ciência pragmática-utilitarista (empiricista-tecnicista) como modelo racional de produzir a “verdade racional” sob o controle da natureza e da expansão civilizatória das sociedades industriais, sustentando ainda por essa filosofia-ideologia o conceito de raça superior (um apelo biológico) inerente ao processo de alcance de algumas sociedades ao progresso industrial; iv) o controle material e simbólico do planeta, pois durante os últimos cinquenta anos do século XIX o processo de expansão geográfica do capitalismo havia gerado um conhecimento de quase todas as partes do planeta e a constituição de um mapeamento, cartográfico e estatístico, mais adequado. A exploração imperial já não era em “descobertas”, mas numa forma de competição pessoal e nas rivalizações entre Estados nacionais, sendo acelerada, principalmente, no último quartel do oitocentos; v) por último, não menos importante, os anos entre 1873 a 1895 são assinalados pelo autor como um período de *grande depressão* dos lucros dos Estados Imperiais e, dialeticamente, marca a era de *grande expansão* geográfico do mercado mundial, sendo a ampliação da divisão internacional do trabalho (entre países primários e industrializados) uma das saídas encontradas, pelos Estados nacionais industrializados, para a superação da crise (HOBSBAWM, 2009).

Inspiradas na ideologia do progresso (liberalismo), na crença da técnica-tecnologia na transformação da natureza (tecnicismo) e no apelo biológico da evolução das raças dos Estados modernos via o darwinismo social (nacionalismo racista, tendo a raça branca como modelo de superioridade nacional), as *Exposições Universais* se constituíram enquanto parte desse processo de *ocidentalização* a partir de uma apresentação pacífica dos Estados imperialistas e dos territórios coloniais ou de recente independência política em um mesmo evento³.

³ Já havia alertado Eric Hobsbawm que “o que o imperialismo trouxe às elites efetivas ou potenciais do mundo dependente foi, portanto, essencialmente a ocidentalização. Esse processo já estava, sem dúvida, em curso há muito tempo. Por várias décadas fora claro, para todos os governos e elites confrontadas à dependência ou à conquista, que eles tinham que se ocidentalizar, caso contrário desapareceriam. De fato, as ideologias que inspiraram essas elites na era do imperialismo datavam dos anos entre a Revolução Francesa e meados do século XIX, como quando revestiram a forma positivista de Auguste Comte (1798-1857), doutrina modernizadora que inspirou governos do Brasil, do México e do início da Revolução Turca” (HOBSBAWM, 2009, p. 128-129)

A estratégia, de coerção e consenso, estava em compartilhar nas *Exposições Universais* um duplo consentimento: primeiro, que cada país precisava expor sua face mais civilizada e suas possibilidades de inserção no mercado mundial e, assim, no processo de civilização ocidental; segundo, que a dependência potencial ou real do segundo mundo alargava a ideologia que todos ganhariam com a expansão geográfica do imperialismo caso estivessem articulados a partir da divisão internacional do trabalho, por isso, para as elites da periferia, as *Exposições* abriam as oportunidades de negociar com o exterior e, dialeticamente, de reforçar seus projetos de domínio interno.

A finalidade de expor os países por *reliíquias inanimadas* encontrava-se relacionada, diretamente, com a necessidade dos Estados nacionais de elaborarem sua própria imagem de nação moderna particular no mercado mundial a partir da exibição de produtos materiais e de produtos intelectuais (livros de descrição das paisagens, mapas, catálogos, etc)⁴, possibilitando situar os Estados no projeto civilizatório.

Nesse sentido, os artigos da natureza, da agricultura, da indústria, da população e, em síntese, as representações do território dito nacional foi uma forma de identificar e delimitar para os países participantes o que era o “Nós” (o Brasil ou a Costa Rica, Argentina ou México, por exemplo) para que assim pudesse ser criada a dicotomia com os “Outros” (a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e os demais Estados industrializados) (PESAVENTO, 1997a).

E, como bem arremata Erika Gólcher (1998, p. 78), as próprias *Exposições Universais* foram uma das maneiras encontradas pelos países imperialistas para “conocer a los otros países y de fomentar el libre comercio”. Saber o que cada país tinha foi, ao mesmo tempo, por em prática uma estratégia imperial de esquadrinhar particularidades políticas, econômicas e da vida social do mundo material de outros Estados fazendo com que as *Exposições* apresentassem para as potências industriais os melhores percursos para onde se expandir, geograficamente, e o que explorar economicamente.

Nesse sentido, as exposições universais era um ato que, na aparência, vislumbrava uma *União* entre centro e periferia, isso por conseguir cumprir o objetivo de amontoar, durante toda a segunda metade do século XIX, as diversas nações em diferentes cidades. O que não quer dizer que, na essência, essas *Exposições* fossem iguais, pelo contrário, era exatamente

⁴ Chamando essas representações territoriais elaboradas pelo Estado de “geografias civilizatórias”, Perla Zusan (2008) lembra que essa “produção de caráter geográfico” foram uma das maneiras criadas pelas elites intelectuais e dirigentes para incorporar e situar os territórios nacionais (em seu caso a Argentina) no projeto ocidental. “Las elites (...) llevaron a estas exposiciones descripciones, mapas, paisajes de lugares que, desde los centros de poder, eran imaginados como exóticos pero que sometidos a los cánones racionales o estéticos eran incorporadas al universo de la civilización occidental” (ZUSMAN, 2008, p. 13)

a desigualdade o que se esperava para se fomentar a continuidade do projeto de expansão imperialista e as distintas qualidades das civilizações particulares⁵.

Não é a toa que foi Londres, Paris, Berlim e Viena as cidades inaugurais que sediaram as primeiras *Exposições Universais*. Centros urbanos com mais de um milhão de habitantes, como assinala Eric Hobsbawm (2009), essas cidades expunham também o processo de urbanização, o desenvolvimento industrial e a circulação interna como progresso, principalmente, a partir das formações das redes materiais com outras grandes cidades que estavam ligadas no interior dos Estados.

b) De Londres à Chicago: os Estados Unidos enquanto Império no “Novo Mundo”.

A *exposição universal de Chicago*, que aconteceu em 1893, ficando conhecida como *The World’s Columbian Exposition* já era a décima primeira edição desse tipo de evento de cunho Universal, após os acontecimentos das exposições em Londres (1851 e 1862), Paris (1855, 1867, 1878 e 1889), Viena (1873), Filadélfia (1876), Amsterdam (1883) e Antuérpia (1885)⁶.

Diferentemente do caráter vanguardista da acumulação e das invenções industriais por Londres e França e do caráter imperial que assumiam esses países, organizadores das primeiras grandes *Exposições Universais*, os Estados Unidos da América havia iniciado sua participação como sede apenas em 1876, com a organização da Exposição Universal da Filadélfia.

O contexto particular que se construía internamente nas terras americanas era singular de um país recente, que havia por muitas décadas sido o principal corredor de *ordenamentos espaços-temporais* (HARVEY, 2011) da Grã-Bretanha e, a partir de 1865, após as finalizações da Guerra de Secessão Americana (1861 – 1865), estava na situação de um centro industrial, de domínio dos povos brancos e de atuações imperialistas.

Os Estados Unidos, como aponta David Harvey (2011), foi “alimentado por um notável surto de desenvolvimento capitalista (...), depois da guerra civil o país se tornava tecnológica e economicamente dominante com relação ao resto do mundo (...) sua forma de governo (...) refletia em larga medida os interesses de classe corporativos e industriais, tendo sido desde a

⁵ Como bem lembra Lilia Moritz Schwarz (1998), “concebidas no contexto do imperialismo, as mostras buscavam destacar a união, diante de um mundo dividido e de exposições também cindidas. Assim, se é fato que tais eventos não se limitavam aos países civilizados, é também evidente a qualidade de participação de cada um” (SCHUWARCZ, 1998, p. 393)

⁶ Sobre uma leitura mais geral dessas exposições na segunda metade do século XIX, pode ser consultado o trabalho de PLUM, Werner. **Exposições mundiais no século XIX**: Espetáculos da transformação sócio-cultural. Instituto de Pesquisa Friedrich-Ebert Stiftung, Bonn, 1979.

independência burguês até a medula (como está formalizado em sua Constituição)” (HARVEY, 2011, p 32).

O que merece atenção, nesse contexto, é a maneira como os Estados Unidos, fruto também de um processo colonial, se tornou uma potência imperialista e usou algumas características coloniais, como do extenso território conquistado, da maioria de raça branca e das antigas relações de subordinações com a Inglaterra, como os elementos que haviam o levado a se tornar industrial, civilizado e potência imperial.

Tornando-se potencial industrial e financeira, principalmente, no último quartel do século XIX, a filosofia utilitarista, o individualismo e o culto a propriedade privada, como alerta ainda David Harvey (2011), eram apenas três dimensões da formalização inquestionável do nível de dominação imperial que passava a representar para o mundo ocidental ainda no período “de paz” na preparação do que viria a ser a primeira guerra mundial.

Nas palavras de Sandra Jatahy Pesavento (1994),

no contexto americano, os Estados Unidos era um caso à parte: eram anglo saxões, europeus d’além-mar, que se posicionavam como uma projeção de raça e cultura europeias. Em outras palavras, participavam, segundo o consenso mais ou menos generalizado da época, de um mesmo lastro comum formador de cultura, da civilização e dos avanços técnicos (...) em suma, o mito do progresso, tão presente no imaginário do século XIX, encontrava a sua materialização inquestionável em terras americanas. Em tempo recorde, a jovem nação americana conseguira alçar-se ao nível tecnológico de outras potências. Nesta trajetória de desenvolvimento, fortalecia-se a auto-imagem, consolidando-se noções tais como ‘gênio inventivo’ do povo americano ou o seu ‘senso prático’, que, conjugados, era capazes de presentear o mundo com novos inventos e descobertas (PESAVENTO, 1994, p. 156-157).

Ora, ser sede das próprias Exposições Universais, de Filadélfia (1876) e Chicago (1893), já era um indicador para os demais países que os Estados Unidos da América tinha condições de coordenar uma festa com grandes gastos e investimentos (na formação do local que iria abrigar as comissões gerais até no detalhismos de luxos e arquiteturas), de provocar impulsos na cultura mundial e, assim, de se apresentar como um dos maiores Estados imperialistas que se constituía no mundo e que também tinha grandes cidades, como fora transformada Chicago para a Exposição, com ensejo de ser reconhecida entre as capitais da modernidade, como as badaladas Paris, Londres, Viena, etc⁷.

Segundo Erika Gólcher (2003), a Exposição Universal de Chicago “se perfilava como la más exitosa Exposición de América. El sitio elegido para la feria mundial fue el Jackson Park, com dos millones setecientos cincuenta mil metros cuadrados de extensión, un terreno

⁷ Sobre os detalhes da infraestrutura física e social construída na cidade de Chicago para a Exposição Universal, sugestiona consultar o texto de MORENO, Juan M. Martínez, La Exposición Mundial Colombina de Chicago, 1893. **Real Academia Sevillana de Buenas Letras**. V. 16, p. 153-168, 1988.

inmenso y en el cual el gobierno norteamericano gastó 28 millones de dólares para adaptarlo a las condiciones requeridas” (GÓLCHER, 2003, p. 85).

Iniciada em 1º de Maio de 1893, se estendendo até 30 de Outubro do mesmo ano, a *feira dos impérios* em Chicago contou com a participação de quarenta e seis países, sendo a exposição visitada por 27,5 milhões de pessoas, recebendo apenas no dia 9 de Outubro de 1893 - dia que se rememorava o grande incêndio de Chicago em 1871 - a visita de 716.881 pessoas (CHICAGO, 1893).

Seu caráter imperialista era claro: o tema da festa de 1893 era comemorar os *400 anos da chegada de Cristóvão Colombo na América* (DAVIS & PALMER, 1893), apresentar como a evolução do mundo, após os quatrocentos anos da primeira grande expansão geográfica eurocentrista⁸, que uniram europeus e terras meridionais, havia possibilitado a constituição de um planeta em que o centro superior geográfico era o Norte, em que as ideias de civilizar eram compostas e partiam daquele continente, sendo o mundo um grande experimento e projeto das suas “missões”.

Nesse sentido, cabia a cada país convidado apresentar nesse novo centro imperial o que tinha de melhor em produtos, ciência e tecnologia. Trazer para esse espetáculo pacífico do imperialismo sua projeção de território e sociedade, fazendo dessa preparação ilustre as finalidades almejadas, ou seja, em que todos saiam ganhando o quinhão que merecem.

c) Chicago: continuidades-descontinuidades da participação do Brasil enquanto periferia ou segundo mundo.

Para o Brasil, a participação na Exposição Universal de Chicago arrastava, de um lado, uma imagem de herança, criada no conjunto das Exposições Universais que havia participado durante a Monarquia e, de outro, abria as possibilidades para a elaboração detalhada de novas imagens sobre os territórios dos estados particulares, a partir que se instalara a República.

De acordo com Francisco Foot Hardman (1988, p.83), o Brasil participou, durante a Monarquia, das exposições de “1862 (Londres), de 1867 (Paris), de 1876 (Filadélfia) e de 1889 (Paris)”. Enquanto o único império nos trópicos tinha o Brasil se inserido nessas feiras a partir do envio de produtos materiais, catálogos, mapas, livros e de relatório de cunho nacional, organizados, processualmente, a partir de eventos que continham sua origem nos estados territoriais internos (exposições provinciais) e depois em eventos nacionais (exposições nacionais preparativas no Rio de Janeiro), estas constando como momentos de

⁸ Pensando com Eric Hobsbawm (2009), cabe dizer, que a homenagem a Cristóvão Colombo está bem contextualizada com o espírito dos Estados modernos no final dos oitocentos, marcados por fazer comemorações aos centenários referentes às independências nacionais, aos massacres, as revoluções, etc

síntese da seleção dos produtos e materiais-intelectuais que deveriam ser enviados, posteriormente, para as exposições universais.

A autora, Sandra Jatahy Pesavento (1997a), debate que durante a Monarquia, sob a caricatura de Dom Pedro II, fora feito um esforço, por parte da elite dirigente no Brasil, de apresentar um Estado, que mesmo baseado no trabalho escravo, na agricultura e com predominância de negros, estava no “trem da história” da civilização. Mesmo assim, argumenta à autora, que com todas as preparações de produtos da recente indústria e da inserção da máquina nos trópicos, o Brasil, externamente, sempre ficou conhecido pela natureza, pelos papagaios e tudo aquilo que encenava um exotismo.

Nessa mesma concordância, expressa Lilia Moritz Schuwarcz (1998), que o “Brasil, por exemplo, por mais que tentasse apresentar suas invenções [industriais, seus meios de produção] foi sempre reconhecido pela floresta (...). Lá mostrávamos, além de nossas particularidades nacionais - o indígena, a mata, os produtos agrícolas -, nossa face mais civilizada” (SCHUWARCZ, 1998, p. 393).

A questão central é que a participação do Brasil durante a Monarquia, entre a segunda exposição de Londres (1862) e a última em Paris (1889), foi exibida a partir de um escrito de proposição nacional, conformador de um vasto painel sobre esse Estado territorial, sendo o maior exemplo dessa concentração um dos documentos feito para a *Exposição Universal de Viena* (1873) composto de quatrocentas e seis páginas⁹ e mais de 80 tópicos, ou mesmo, o que fora elaborado para a *Exposição Universal de Paris* (1889), composto de setecentas páginas e 25 capítulos (HARDMAN, 1988), ambos tinham a pretensão de apresentar uma imagem completa de Brasil ao mundo, ou seja, que pretendia apresentar que a Monarquia havia criado uma unidade política ocidental e coerente territorialmente nos trópicos.

A elaboração de um texto/catálogo nacional, fruto do período da Monarquia, fez com que muitos detalhes dos territórios dos estados no interior do Brasil não apresentassem suas particularidades nas *exposições universais* a partir desses livros de escala ampla, resumindo grande parte da participação e das representações criadas sobre esses territórios menores a partir do envio de objetos materiais, como madeira (bem representada pela Amazônia e Pará), tabaco (pela Bahia), café (São Paulo), Algodão (Ceará, Pará e Maranhão), etc (PESAVENTO, 1997b).

⁹ BRASIL. **The Empire at the Vienna Universal Exhibition of 1876**. Rio de Janeiro. Printed By E. & H. Lammert, 1873.

De certa maneira, a Exposição Universal de Chicago, para o Brasil, trouxe uma *continuidade*, isso por apresentá-lo como um país “rico” em recursos naturais, sendo apontado pelo relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, preparado após a feira do imperialismo pelo ministro Bibiano Sergio Marcelo da Fontoura Cestallat, como a mais completa apresentação desse território, quando comparada com as exposições universais passadas, “a maior e mais importante de todas que até hoje tem realizado no estrangeiro o Brasil” (BRASIL, 1894, p. 33).

No entanto, para efeitos internos, essa apresentação mais completa aponta para uma descontinuidade sobre a participação do Brasil em Chicago, principalmente, no que se refere ao maior envolvimento dos territórios estatais no interior da representação desse país na preparação, no envio de materiais e na participação particular das elites internas em Chicago.

Em sua obra *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*, Sandra Jatahy Pesavento (1997b) menciona que as diferenças, por exemplo, entre a última participação do Brasil enquanto Monarquia, na Exposição Universal de Paris, em 1889, e sua primeira participação, no período da República, a partir da *Exposição Universal de Chicago*, em 1893, estariam vinculadas ao contexto de transição político-econômica particular do Brasil, sendo um dos reflexos, dessa transição entre Monarquia e República, as afirmações evidentes da participação maior dos estados internos no envio de materiais para essa última feira, dialeticamente, constando assim com o envolvimento de novos nomes das oligarquias locais, de representantes políticos-comerciais das capitais de cada Estado e com o aumento de comissões internas que se formaram para participar da Exposição Universal em Chicago.

O que cabe assinalar é a participação maior dos estados em detrimento da União no tocante à participação brasileira. Reflexo da forma federativa de governo instaurado? Não se pode esquecer que, pela constituição de 1891, a renda das exportações cabia aos estados, de modo que estes se empenharam numa verdadeira campanha publicitária de suas riquezas. Se na exposição de 1889 havia uma publicação sobre o Brasil como um todo, dando aos estrangeiros o conhecimento da evolução geral do país, na exposição universal de Chicago prevaleceram as publicações de cada estado na propaganda de seus recursos (PESAVENTO, 1997, p. 216a).

O que não quer dizer que não tínhamos formada uma comissão brasileira e um pavilhão particular para a Exposição Universal de Chicago¹⁰, ou mesmo, que não se exibiu uma imagem da escala ampla do Brasil nesse evento¹¹. A diferença razoável, e merecedora de destaque, é que os estados internos tiveram mais oportunidade para preparar os catálogos

¹⁰ Fora formada uma comissão brasileira, inicialmente, sob a presidência de José Simeão de Oliveira (que morreu em junho de 1893) e, consecutivamente, com Joaquim Antonio Cordovil Maurity. Sobre o pavilhão nacional, como bem lembra Juan M. Martínez Moreno (1988), estava o Estado do Brasil eleito entre os mais bonitos e festejados.

¹¹ O próprio Museu no Rio de Janeiro enviou os materiais representativos de Cunho Nacional, ganhando até prêmios sobre a qualidade desse material, como insetos, instrumentos científicos, etc.

e, além disso, para elaborar livros de descrição das geografias materiais com os objetivos de apresentar, de maneira mais detalhada, a natureza, a economia e a espacialização da política no interior do país.

O reflexo de tudo isso foi que na feira do progresso em Chicago os catálogos, os livros e as fotografias, dos territórios internos do Brasil, foram impressos e distribuídos feito bombons em festa de crianças. Foram pagas ainda matérias especiais em revistas americanas, por exemplo, no *Graphic*, a revista ilustrada de maior tiragem em Chicago, bem como, em alguns jornais, que cuidaram de propagandear uma imagem de um Brasil promissor em recursos naturais e belas artes em seus diversos quadrantes (BRASIL, 1894).

Ainda com base no relatório do ministro Bibiano Cestallat, fica revelado um pouco dessa maneira de destaque que os territórios dos estados internos ganharam na apresentação do Brasil.

Os Jornaes e revistas dos Estados Unidos eram incansaveis em publicar uteis informações sobre os recursos de nosso paiz; e impressos especiaes foram distribuidos sobre os objectos expostos. Nesse particular muito se salientaram os Estados de S. Paulo, Ceará, Pará e Amazonas, mandando delegados seus que fizeram a mais activa e intelligente propagando em favor dos respectivos productos estadoaes, e isso, tanto por intermedio da imprensa diária e das informações verbaes, como por meio de livros, photographias e folhetos grandemente distribuidos, conjuntamente com amostras e specimens de tudo quando se podia facilitar (BRASIL, 1894, p. 37).

A diferença da participação do Brasil na *Exposição Universal em Chicago* estava, de um lado, na autonomia que a instauração da República possibilitou no controle legal das trocas econômicas externas pelos representantes dos territórios internos, fazendo com que o Estado nacional fosse mais bem detalhado nesse *certame* do progresso e da civilização e, de outro, nos interesses das próprias elites locais em divulgar melhor seu território para os centros imperialistas, concomitante, ao processo de atualização dos conhecimentos e interesses que a mesma também passara a ter sobre o esquadrinhamento das riquezas naturais, da agricultura, da indústria extrativa, da indústria moderna, da modernização e da população de seu território (aproveitando para realizar um autoconhecimento atualizado do que se dominava).

É nessa esteira que temos nos deparado com longas representações sobre os territórios dos Estados da Bahia, do Pará, de São Paulo, da Amazônia e do Ceará¹². São livros extensos, com uso de muitos censos, descrições da superfície terrestre, mapas, resumos estatísticos e catálogos que se referem às temáticas da natureza, da indústria

¹² A análise do conjunto dessas materiais escritos dos territórios internos conformam o objeto de estudo da tese de doutoramento que estamos desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana na Universidade de São Paulo.

extrativa, das máquinas, da população e do controle espacial que, em síntese, são intitulados sempre com o nome dos territórios: fazendo dos recortes políticos da superfície terrestre o ponto de partida da exposição dos estados.

A escolha por analisar o Catálogo dos produtos enviados pelos representantes do Ceará é apenas uma dimensão da participação do Brasil na *Exposição Universal de Chicago*. Esse Catálogo foi produzido enquanto um material para ser exposto, primeiro, na *exposição nacional no Rio de Janeiro*, nos dias 20, 21 e 22 de Outubro de 1892 (esses dias foram escolhidos como homenagem do Brasil ao aniversário de 400 anos do encontro de Cristóvão Colombo com as primeiras ilhas em terras ocidentais), e, após aprovado, seguiu para a *Exposição Universal de Chicago* no ano seguinte.

d) Comissão Central do Ceará: um *testamento territorial* sobre o que se tem e o que se falta para se atingir à civilização.

Diante do contexto interno de afirmação das oligarquias no início da República é interessante apresentar que foram Isaie Boris, Thomas Pompeu de Sousa Brasil e Antônio Bezerra de Menezes os nomes que compuseram a *Comissão Central do Ceará* e, como essa responsabilidade, elaboraram duas extensas representações sobre o território do Ceará: a primeira se refere ao *Catálogo dos produtos naturais-industriais do território do Ceará*, objeto de nossa reflexão nas próximas linhas; a segunda, trata-se do livro elaborado por *Thomas Pompeu de Sousa Brasil* sobre a natureza, a economia e a política no território nesse estado¹³. As publicações, de certa forma, coadunam com uma divisão intelectual-comercial do trabalho, participando cada um desses homens com o que lhe eram mais favoráveis nas habilidades do fazer e da vida profissional no interior da elite no Ceará.

Isaie Boris, o primeiro deles, por exemplo, nada menos era que o presidente da *Comissão Central do Ceará* imbuído, assim, de coordenar os trabalhos e os materiais para serem enviados por esse Estado. Foi além de presidente da Comissão, um moço branco, de origem francesa, bem articulado com a dinâmica do comércio local, nacional e internacional. Isso porque sua família era dona de uma Casa Estrangeira de Comércio Francesa (a Casa Boris), que, instalada em Fortaleza desde 1872, comprava matérias-primas dos produtores do Ceará e, por outro lado, importava produtos industrializados e *in natura* que não existia por essas terras.

A força da família Boris, entretanto, tem toda uma ascensão após 1884 pelo contexto do Ceará no mercado exportador e, principalmente, por se tornar a primeira província a abolir a escravidão no Brasil e, ainda, por ter se tornado sua família representante dos interesses

¹³ Em escrito anterior fizemos uma análise desse segundo documento elaborado pela Comissão Central do Ceará, está disponível em <http://www.3hpg1gh.net/qt7.html>.

consulares da França no Ceará, fazendo dessa família uma força política ainda maior com a elite interna no Ceará¹⁴.

O próprio Boris, na abertura do Catálogo, para que não ficasse estranho um francês presidir a Comissão Central do Ceará, anuncia que o Ceará era sua *segunda pátria* e que o convite para ser presidente da Comissão, feito pelo vice-governador Liberato Barroso, estava relacionado com o papel propagandeador e comercial que a Casa Boris gerou do Ceará na Exposição Universal de Paris, em 1889.

O segundo membro da Comissão Central do Ceará, talvez aquele de maior pompa intelectual e herança político-econômica local, era Thomas Pompeu de Sousa Brasil (1852 – 1929), conhecido por fazer parte daquele grupo de historiadores e geógrafos, do final do século XIX, que viveram divididos, ou melhor, envolvidos com a *produção do pensamento geográfico*, com a produção da narrativa histórica, com a política-administrativa das províncias-estados, como proprietário de manufaturas, de fábricas de tecidos e como professor dos cursos secundários (ASSIS, 2012) se destacando, por ser um grande divulgador do positivismo no Ceará a partir da fundação da Academia Francesa Cearense e, principalmente, da instalação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (BOMFIM & SOUSA NETO, 2009, p. 3), por ter ainda três legislaturas como deputado geral, sendo inspetor da instrução pública e lente da Escola Militar¹⁵. Fazendo ainda parte daquele grupo conhecido como liberais e republicanos, ficando, na República, em grande medida, ao lado dos florianos (aqueles que apoiavam Floriano Peixoto como presidente) (OLIVEIRA, 2005).

Enquanto um homem de negócios, de acordo com Carlos Negreiros Viana (2006), Thomas Pompeu foi um dos sócios, em 1882, da fábrica de manufatura de tecidos de algodão chamada de *Pompeu & Irmãos* (sendo os outros donos seu irmão, Antonio Pompeu de Souza Brasil, e seu cunhado, Antonio Pinto Nogueira Accioly), foi sócio da *Companhia Ferro-Carril do Outeiro* (1896), foi presidente do *Banco do Ceará* (1898) e instalou a *Fábrica Progresso* (1912), também do ramo têxtil, trabalhando, principalmente, com a produção de redes de dormir para a Amazônia no período da Pré-Primeira Guerra Mundial (VIANA, 2006).

Por último, não sendo menos importante, foi Thomas Pompeu *filho* de Thomaz Pompeu de Souza Brasil (1818 – 1877), este um dos *lentes* da “tragédia do progresso” e da

¹⁴ “A partir do ano de 1884, a família Boris passou a representar os interesses consulares da França na província do Ceará, representação esse que se estendeu ininterruptamente até 1925 e, depois, de 1928 a 1977” (MONTEIRO, 1998, p. 60).

¹⁵ Essas informações biográficas estão na contracapa do próprio documento *Estado do Ceará na Exposição de Chicago*, sem dúvida alguma, sendo expostas como critério de respaldo para um “homem de ciência” daquele período.

“desgraça da ordem” que, juntamente com Nogueira Accioly e seus pares, montaram no Ceará uma oligarquia (a oligarquia *Pompeu-Accioly*) que teve o controle político do território do Ceará entre 1864 a 1911 e que, para a Exposição, o poder dessa oligarquia estava como um elemento que amarrava os representantes do Ceará (ASSIS, 2012; SOUSA NETO, 1997).

Diferentemente de Isaie Boris e Thomas Pompeu de Sousa Brasil, homens de capital estrangeiro, comercial e industrial, o terceiro nome da Comissão Central do Ceará, Antonio Bezerra de Menezes, fez parte da elite enquanto um funcionário público e da política local, sendo, principalmente, reconhecido como um dos naturalistas mais refinados do estado, um conhecedor da flora, da fauna, dos animais e das riquezas minerais existentes desse território, fruto dos extensivos trabalhos de campo que realizava.

Segundo Almir Leal de Oliveira (2005), esse conhecimento de Bezerra de Menezes sobre a natureza no Ceará fez dele, além de membro, o principal responsável pela coleta, organização e distribuição dos produtos na elaboração do Catálogo organizado para a Exposição Universal de Chicago. Sua viagem ao estudo do Norte do Ceará, numa comissão científica formada em 1884 para tal ensejo, também estava como um dos elementos que o faria ser convidado para compor a Comissão, isso sem precisar falar das suas alianças políticas com quem compunha a elite dominante e intelectual no Ceará.

De certa forma, a Comissão Central do Ceará foi formada por todos esses personagens que, na verdade, eram *mediadores*¹⁶ na periferia na constituição da *totalidade* do capitalismo. O que cabe deixar claro que a elaboração do Catálogo fora feito com intenções, entre elas, a de produzir uma representação que fazia a propaganda das riquezas do território e, dialeticamente, erigia uma estratégia de atuação futura para aqueles que com capital acumulado tivesse o interesse de investir na compra dos produtos da natureza, da terra e nos domínios da superfície terrestre do Ceará.

Em termos de estrutura expositiva, a *Comissão Central do Ceará* organizou o *Catálogo* em onze seções, são elas: a) “Agricultura, Horticultura, Floricultura e Productos Florestaes”; b) “Viticultura, Horticultura e Floricultura”; c) “Gado, Animaes domésticos e selvagens”; d) “Peixes e Productos de Pescaria”; e) “Minerais e Metalurgia”; f) “Machinismo”;

¹⁶ Para que não fuja o conteúdo do significado da *mediação*, cabe lembra que os mediadores, para John Weeks (1989), são os personagens da classe dominante local que, atrelados ao Estado, ou seja, a divisão política entre países, utiliza desse poder institucional para promover o projeto deles mesmos no local. A mediação, por fim, como alinha José Paulo Netto (2011), é também um recurso interpretativo do materialismo dialético para compreender que o capitalismo não é algo abstrato e uniforme, se desenvolve a partir de formações político-econômicas particulares e, dessa forma, do conjunto de relações sociais locais complexas, desigual e articulada com uma universalidade complexa, ou seja, “o complexo no complexo”.

g) “Transportes”; h) “Manufacturas”; k) “Bellas artes”; l) “Artes Liberais”; M) “Ethnologia e Archeologia”.

Com tantas compartimentações, preferimos aqui analisar o catálogo em dois grandes grupos: o primeiro deles, referindo-se as seções a-b-c-d-e, formam o que chamamos, a seguir, de: i) *produtos da natureza ou do território*; em seguida, reunimos as seções f-g-h-k-l-m e titulamos esse bloco de ii) a *representação da indústria, da máquina e da natureza transformada*.

O sentido dessas subdivisões é tentar fazer com que o leitor, que não tem o Catálogo em mãos, possa se aproximar desse material e ir analisando conosco a exposição das *reliquias inanimadas* do Ceará para que, mais à frente, existam possibilidades de se tecer algumas considerações sobre a representação que foi construída do território desse estado interno para a *Exposição Universal de Chicago*.

i) Produtos da natureza ou do território

Na seção dos *produtos da natureza ou do território*, os representantes da Comissão apresentam 50 amostras de milho, 23 amostras de arroz, 18 tipos de capim, 29 exemplares de Mandioca, 116 amostras de feijão, 12 amostras de cana, 58 amostras de café, 25 amostras de algodão, 152 amostras de cascas de árvore, 359 exemplares de raízes e folhas, sem falar dos produtos da vegetação, dos frutos e das flores, das madeiras e outras planas, do fumo, do amendoim, do cacau e do jerimum que, mesmo em menores quantidades, vão sendo lançados no catálogo.

Nesse sentido, o Catálogo inicia apresentando as potencialidades da agricultura e, ao mesmo tempo, o beneficiamento que já se faz de alguns produtos, mostrando, assim, a possibilidade de transformar cana em rapadura, caroço de algodão em óleo, mandioca em farinha, fumo em cigarro, cana em aguardente, caju em vinho, algodão em fio, peles de animais em couro, as frutas (goiaba, manga, Muricy e Mamão) em doce.

É, nessa esteira, que os representantes enviam amostras para o Rio de Janeiro e Chicago de goiaba, bananas, tamarindos, pimenta malagueta, pimenta de cheiro, pimentão, castanhas, maxixes e maripunga secos. Apresenta a Comissão 212 amostras de “produtos da natureza” que podem ser usados para a alimentação enquanto fruta, doce, vinhos, temperos e para usos medicinais, sendo que muitas vezes uma única amostra é exposta com uma diversidade de usos, como é o caso da *cebola brava* apresentada pela Comissão “por conter um succo mucilaginoso e albuminoso que misturado [ao] negro fumo produz boa graxa para sapatos. Substitue a colla na marcenaria. E’ empregado ainda nas moléstias das vias respiratórias” (CATÁLOGO, 1893, p. 154).

Junto com os produtos da terra, a Comissão continua a apresentação do território do Ceará projetando os chamados animais domésticos e selvagens, como abelhas, onça, gato maracajá, quandú, Cutia, tatu peba, mocó, preguiça e 26 amostras de cobras. Passarinhos, galinhas, papagaios, tucanos e peixes também são elencados na seção de animais. Novamente, expõe o catálogo à ligação que da galinha se aproveita a carne e os ovos; do peixe a carne, espinhas, escamas, etc, bem como, o óleo, sendo que a Comissão ainda aproveita para apresentar as técnicas artesanais de pesca, como a rede, a tarrafa, a jangada e as linhas.

Mesmo que os produtos apresentem um Ceará diverso e cheio de riquezas naturais, a Comissão não se cansa de repetir, na parte das informações extras no canto direito de cada página, que muito desses materiais não são explorados a contento. Nesse sentido, se envia para a Exposição Universal de Chicago amostras da natureza que estão abertas para serem exploradas, dando a entender a existência de terras virgens e de parcelas da natureza ainda intocada, como é o caso das abelhas e da apicultura, etc.

Ora, se era indicado os produtos da natureza, animal e vegetal, que ainda não haviam sido explorados, mais intenso fica a repetição de algumas expressões no Catálogo (“ainda não foi explorado”, “nunca foi explorado”, “poderia ser melhor explorado”, etc) quando se apresenta os produtos minerais.

Foram enviados 405 amostras de minerais que, não precisando ser extenso na descrição, se referem ao detalhamento do território sobre o que se tem, em grande quantidade, de minerais nas serras, nas margens dos rios, nas terras dos sertões, nas cavernas e no litoral que se tenta uma exploração, extração e aproveitamento para a economia do Ceará, apresentando as possibilidades da exploração expandir a participação do Estado nas exportações que compõe a economia-mundo, sendo a extração possível de Sal o caso mais emblemático e a projeção discursada como a mais rápida e direta da participação do Ceará no mercado mundial do “futuro”.

ii) Representação da indústria, da máquina e da natureza transformada.

No segundo subgrupo que buscamos reunir as seções f-g-h-k-l-m do *Catálogo*, a Comissão reúne um conjunto de objetos da indústria e da arte para o envio, como: fotografias, pinturas, desenhos, listas de mapas e plantas das cidades, um minguido número de máquinas e os produtos das manufaturas que possui esse estado.

Dessa forma, se expõe peças de engenho, um cata-vento de madeira de carnaúba, um tear, um fiador de algodão, um pequeno modelo de beneficiamento de mandioca e uma

série de fotografias sobre os cafés de ferro e da boemia em Fortaleza, como é o caso do Café Java, Cascata e de outras ruas calçadas da cidade.

Entretanto, a grande sensação estava para o processo de apresentar a inicial inserção da máquina no território do Ceará a partir da implantação de algumas fábricas, bem como, da expansão da Estrada de Ferro de Baturité. Duas fábricas de cigarros em Fortaleza, no processo de transformação do fumo pelo trabalho operário moderno e duas de transformação do algodão em fios e tecidos, nos servem aqui de exemplo da narrativa criada pelo Catálogo sobre a inserção da fábrica moderna no Ceará, do seu processo de compra de maquinário inglês, da formação de uma classe operária assalariada, bem como, da sua participação com produtos industriais nas exportações.

No entanto, essa seção sobre as transformações na natureza a partir das máquinas, de certa maneira, é a apresentação que o Ceará, em relação aos *meios de produção*, se encontra distante de outros centros no próprio país, como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como, dos industriais das cidades imperiais. A apresentação dessas primeiras fábricas expressa, para a Elite e para o Exterior, o discurso de um estado que engatinha no mundo fabril, na formação de uma classe operária assalariada e com um nível racional de produtividade de mercadorias, passando de certa maneira a criar uma autonomia da natureza natural¹⁷.

Mesmo na apresentação dos produtos da indústria foi à manufatura rural - como todo o seu peso de decisão baseado mais nas mãos e não das máquinas, o que ganhou destaque nessa compartimentação, tendo, como exemplo, a produção de bengalas, de cadeira de madeira, de chapéus de palha de carnaúba, de chicotes, de colcha, toalha, pentes e cachimbos, etc, os produtos que se fazia no Ceará além da agricultura e da criação de animais nos quintais, ou mesmo, em algumas vilas.

Se as fábricas e as máquinas apresentadas eram produtos minguados e que, de certa maneira, havia até pessoas da elite que discordava dessa ideia que deveria ser desenvolvida a industrialização nesse Estado¹⁸, o mesmo não acontecia com a Estrada de Ferro de Baturité (EFB), apresentada como uma obra industrial que ajudaria o Ceará a expandir os usos do

¹⁷ Elizabeth Fiúza Aragão (1989) enumera o conjunto de fábricas têxteis, anunciado pelo Catálogo, como a primeira fase de industrialização no Ceará marcada pela construção de chão fabril, em vez dos fundos de quintais da manufatura, pela maquinaria inglesa importada, pela produtividade, pelos novos padrões administrativos nos negócios e pelo trabalho assalariado e qualificado, sendo necessário no início importar a própria força de trabalho.

¹⁸ Um deles nada menos era que o próprio Isaie Boris deixando claro sua opinião na abertura do catálogo ao expressar que “tirar capitaes da agricultura que tanto necessita, para empregar na industria fabril, que só poderá sustentar-se a mercê da depreciação do cambio e do paiz deve ser levado á conta de muitos erros graves, que retardam a grandeza do Brasil” (CATÁLOGO, 1893, p. 6)

território com a agricultura e a pecuária, discursada como uma infra-estrutura capaz de ajudar no controle da natureza (da seca, do solo, etc) e, ainda, por ser, para a elite, um projeto estratégico que previa ligar esse Estado com o Sul do Brasil, apontando essa medida para retirar o Ceará do isolamento entre o Norte e do Sul.

O destaque dado a Estrada de Ferro de Baturité foi tamanho que fora enviado, no anexo do Catálogo da Comissão Central do Ceará, um relatório especial elaborado pelo engenheiro Ernesto Antônio Lassance Cunha.

De certa forma, Lassance Cunha (1892) discorre em seu relatório sobre a implantação de uma estrada de ferro que se desenvolve vagarosamente, principalmente, devido às atuações da seca, a queda da produção na agricultura, a migração da força de trabalho nos períodos dessas estiagens e a mortalidade dessa força de trabalho gerado pela própria seca (citando, por exemplo, a morte de mais de 200 mil braços entre a seca de 1877 a 1879).

Como conforto, o engenheiro aposta que o início do período republicano apresenta uma projeção para a correção dos erros dos governos passados e, assim, entende que as obras de engenharia como a ferrovia, mas também, como os açudes, são as preparações necessárias para a modificação da natureza, a fixação da população, o aumento da produção da lavoura de exportação e um barateamento da circulação dos produtos no território.

Em Suma, a imagem que o Ceará elaborara para a Exposição Universal de Chicago apresenta uma materialidade inacabada que, de um lado, é rico em produtos naturais, da agricultura, da pequena manufatura rural e, de outro, é uma *territorialidade atrasada*, um projeto material anômalo e desconhecido: primeiro, por não ter desenvolvido as infraestruturas e aproveitamento dos recursos naturais que estão disponíveis e, segundo, pelo ínfimo processo de exportação de materiais primas e de produtos da indústria agrícola para os centros do imperialismo, por causa das secas e dos poucos investimentos, sendo a expectativa da expansão geográfica interna (em infra-estrutura, educação para o trabalho e na agricultura) um dos grandes reclames da elite dirigente local que vai pregada na alma do Catálogo.

Palavras Finais

O início da República havia aberto algumas possibilidades novas para a afirmação dos territórios estatais no interior do Estado territorial-periférico do Brasil. Uma dessas aberturas estava, exatamente, na possibilidade de dominar os ganhos com as exportações a partir de uma articulação mais perene com os países industrializados, ou seja, de construir o Brasil a partir da fragmentação territorial-política entre as oligarquias.

Nesse sentido, a elaboração do material para a Exposição Universal de Chicago, em 1893, refletia esse contexto periférico interno marcado pelo uso dessa exposição universal como momento para compor a propaganda que se escolhesse como a mais adequada para a projeção do possível crescimento econômico e dos futuros acordos do segundo mundo com os centros do imperialismo.

A *Exposição Universal de Chicago*, nesse sentido, foi vislumbrada por essa aura de construção do Brasil pelos fragmentos dos territórios estatais internos. O esforço de detalhamento dos territórios pelas elites resultou, como bem atesta o ministro Bibiano Cestallat (1894), na avaliação de que teria sido a *World's Columbian Exposition*, em Chicago, a composição mais completa sobre o território do Brasil no que se refere a propaganda dos recursos naturais, da indústria e da arte para os Europeus e norte-americanos, este sendo os Estados industriais que eram os centros da atenção dos homens enviados pelo Brasil.

A importância da nossa participação na maravilhosa exposição de Chicago bem serviu não só para participar a prova de *sympatia* e *amisade* da Republica Brasileira para com a grande Nação Americana, mas também para demonstrar à evidencia a grandeza dos nossos recursos naturais, o encaminhamento das indústrias nacionais, a sensata cultura de nossas amistosas relações commerciaes e politicas com todas as nações e o progresso do Brazil em todos os ramos das atividades humanas; o que, sem duvida nenhuma, nos permite nutrir a mais justa e esperançosa confiança nos futuros destinos da Patria (...) Com effeito, como ficou conhecido por Europeus e Norte-Americanos, conhecedores práticos de exposições universais, foi, incontestavelmente, a nossa exposição em Chicago a mais variada e completa, a maior e mais importante de todas que até hoje tem realizado no estrangeiro o Brazil (BRASIL, 1894, p. 33).

Nesse caso, os representantes do Ceará montaram uma base de amostras, para a Exposição Universal de Chicago, que permitiam aos demais homens de política e negócios dos Estados imperialistas, aos visitantes e aos interessados em geral, um detalhamento que unia o tipo do produto, sua localização, a possibilidade de exploração e suas qualidades, principalmente, quando se referia aos produtos primários, como o café, o algodão, a carnaúba, o fumo e a mandioca.

A coleta, a organização e a participação de Isaie Boris no pavilhão do Brasil trouxeram resultados para o Ceará em Chicago. Entre os mais de quinhentos prêmios que o Brasil ganhou nessa exposição estivera o Ceará sendo premiado com as amostras de “farinha de mandioca, café, algodão, licores, oleos de vegetaes de ricino, sementes de arroz, granitos, amiantos, ocre, com as rendas e bordados, com as macas, coleções dos exemplares de madeiras e com os punhaes com cabo de prata, expostos como elegantes para coleção” (BRASIL, 1894), sendo as amostras de café, a farinha e o algodão porções originadas da própria Casa Boris.

O *testamento territorial* elaborado sobre o Ceará revelava o conteúdo de um território semi-virgem, aberto para ser explorados por aqueles que, com capital acumulado nos centros imperialistas, se sentissem atraídos pela propaganda do Catálogo e pelos produtos que poderiam ser visualizados, expandidos e comercializados.

Não nos resta dúvida que, fazendo parte do “segundo mundo” no interior do Estado territorial-periférico do Brasil, o catálogo enviado pelo Ceará busca construir uma leitura de território, por parte da elite dirigente, que entende e defende sua especialidade subordinada e dependente nessa *transição e articulação* de contextos entre a particularidade da periferia (produtoras de matérias-primas e alimentos para o primeiro mundo) e os centros industriais no Norte (detentor da indústria moderna, do capital financeiro bancário e comprador de matérias-primas).

Em suma, a *luta pela geografia* por parte da elite tem como base a colonialidade na produção do saber sobre seu território. Expõe um território para a exploração. Cria-se a imagem de uma superfície que entende sua posição de dependência na geopolítica mundial como parte do segundo mundo. Exacerba-se a “pátria Ceará”, como é chamado no Catálogo, mais como um recorte geográfico do que mesmo como uma sociedade, abrindo uma total *reificação* das produções, das contradições e das relações de poder que estavam no plano do fluir histórico no interior da vida social desse pedaço do território nacional que também tinha sua origem no processo colonial.

Fontes

BRASIL. The Empire at the Vienna Universal Exhibition of 1876. Rio de Janeiro. Printed By E. & H. Lammert, 1873.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Ministro Bibiano Sergio Macedo de Fontoura Costallat. Relatório do Ano de 1893. Apresentado em Maio de 1894.

CEARÁ. CUNHA, Ernesto Antonio Lassance. Synopse Histórica da Estrada de Ferro de Baturité para a Exposição Universal de Artes, Indústrias Manufatureiras e Productos do Solo, das Minas e do Mar, Chicago, 1892, 252-272p. (fac-símele). IN: FILHO, José Capelo; SARMIENTO, Lídia. Arquitetura Ferroviária no Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2010, Anexo.

CEARÁ. Exposição de Chicago (1892 – 1893): catálogo dos productos do Ceará, remetidos a Exposição preparatória do Rio de Janeiro pela *Comissão Central do Ceará*. Fortaleza: *Tygraphia Economica*, 43, *Praça do Ferreira*, 1893 (fac-símele). IN: Documentos – Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará. N01. Fortaleza, APEC, 2005.

Referências

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **A trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem (1880-1950)**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/Stylus comunicações, 1989.

ASSIS, Raimundo Jucier S. de. A Produção do pensamento geográfico no Brasil na preparação para a Exposição Universal de Chicago: um livro sobre o Ceará (1891-1893).

ANAIS do III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. Rio de Janeiro, 2012, p. 1-20.

BOMFIM, Paulo R. A; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Contextos, Personagens e Idéias: Thomas Pompeu de Souza Brasil e Elysio de Carvalho. In: **XII Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2009, Montevideo. Anais do XII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009.

BORON, Atilio. **Imperio & Imperialismo**: una critica de Michel Hardt e Antonio Negri. 5ªed. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

DAVIS, George R & PALMER, Potter. **The World's Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co, Chicago, 1893.

GÓLCHER, Erika. Imperios y Ferias Mundiales: la epoca liberal. **Anuario de Estudios Centroamericanos**. Universidad de Costa Rica. V. 24,1998, p. 75-94.

HARDMANN, Francisco Foot. **O Trem Fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 5ª Ed. Traduzido por Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HOBBSAWM, 2009. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 13ªed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

MONTEIRO, Denise Mattos. Casas Comerciais Francesas no Brasil e na América Latina no Século XIX: fontes para a pesquisa histórica. IN **América Latina en la História Económica** – Boletim de Fuentes. Vol. 9, 1998; 9, p. 55-63.

MORENO, Juan M. Martínez, La Exposición Mundial Colombina de Chicago, 1893. **Real Academia Sevillana de Buenas Letras**. V. 16, p. 153-168, 1988.

NETO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Almir Leal de. O Ceará na Exposição de Chicago (1893): ciência e técnica. **Documentos**: revista do arquivo público do Ceará (APEC), Fortaleza, n. 01, 2005, p. 81-94.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Nós e os Outros: as exposições universais e o imaginário europeu sobre a América. In **América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário**. BESSONE, T. M. T; QUEIROZ, T. A. P. São Paulo: Edusp, 1997a, p. 557-568.

_____. **Exposições Universais**: Espetáculos da Modernidade do Século XIX. Ed. Hucitec: São Paulo, 1997b.

_____. Imagens da Nação, do Progresso e da Tecnologia: a Exposição Universal da Filadélfia de 1876. **ANAIS** do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. V.2. 1994, p. 151-167.

PLUM, Werner. **Exposições mundiais no século XIX**: Espetáculos da transformação sócio-cultural. Instituto de Pesquisa Friedrich-Ebert Stiftung, Bonn, 1979.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Senador Pompeu**: um geógrafo do poder no Império do Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo/USP, 1997.

VIANA, Carlos Negreiro. Thomaz Pompeu de Souza Brasil: o homem de empresas. **Revista do Instituto do Ceará**, 2006, p. 171-195.

ZUSMAN, Perla. Geografias Civilizatórias: la participación argentina em dos exposiciones universales estadounidenses (1876 – 1893). **ANAIS I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico**. Uberlândia: UFU, 2008.

WEEKS, John. Imperialismo e Mercado Mundial. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983 (p. 187-190).